

O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes

The Monumenta Program and the main antecedent preservation programs

Janaina Antunes dos Santos*

*Faculdade Meridional, Brasil, janainaantunes94@hotmail.com

usjt

arq.urb

número 34 | maio - ago de 2022

Recebido: 31/03/2022

Aceito: 26/07/2022

DOI: [10.37916/arq.urb.vi34.589](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi34.589)



Palavras-chave:

Patrimônio Cultural.
Programa de Reconstrução de Cidades Históricas.
Centro Nacional de Referência Cultural.

Keywords:

Cultural Heritage.
Program for the Reconstruction of Historical Cities.
National Center of Cultural Reference.

Resumo

A preservação cultural brasileira ganha representatividade no campo político com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na década de 1930. O órgão nasceu por estímulo de acontecimentos anteriores, como por exemplo, o tombamento de Ouro Preto, em 1933, que foi reconhecido como monumento nacional. Após esse feito o conceito de patrimônio cultural sofre alargamento, devido a diversas reuniões com especialistas a fim atualizar o conceito. Com o tempo, programas de preservação específicos, como o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Monumenta, surgem com determinados propósitos, porém com a mesma intenção, promover a preservação dos bens culturais materiais e/ou imateriais. O Programa Monumenta foi criado no final da década de 1990 e teve suas atividades práticas iniciadas dos anos 2000, contando com a parceria entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério da Cultura (MinC), a UNESCO e o IPHAN. O programa abrangeu 26 cidades brasileiras de diversas regiões, exaltando a cultura de maneira igualitário, buscando salvaguardar o patrimônio com equanimidade. Esse artigo foi realizado através de revisão bibliográfica e tem como objetivo mostrar como funcionou o processo de implementação do Programa Monumenta e quais as diferenças em relação ao PCH e o CNRC.

Abstract

Brazilian cultural preservation gains representation in the political field with the creation of National Historic and Artistic Heritage Service (SPHAN), in the 1930s. The organ was CREATED as a result of previous events, such as the landmarking of Ouro Preto, in 1933, which was recognized as a national monument. After this achievement, the concept of cultural heritage undergoes broadening, due to several meetings with experts in order to update the concept. Over time, specific preservation programs, such as the Historic Cities Reconstruction Program (PCH), the National Cultural Reference Center (CNRC) and the Monumenta Program, emerge with certain purposes, but with the same intention, to promote the preservation of cultural assets. Material and/or imaterial. The Monumenta Program was created in the late 1990s and had its practical activities started in the 2000s, with a partnership between Inter-American Development Bank (IDB), Ministries of Culture (MinC), UNESCO and IPHAN. The program covered 26 Brazilian cities from different regions, exalting culture in an egalitarian way, seeking to safeguard heritage with equanimity. This article was carried out through a literature review and aims to show how the Monumenta Program implementation process worked and what are the differences in relation to the PCH and the CNRC.

Introdução

Lemos (1981) comenta que é necessário preservar as particularidades de uma determinada sociedade, mantendo-as conservadas, sejam elas tangíveis ou intangíveis. Essas particularidades, segundo o autor, são o que definem a personalidade de uma nação ou povo, e o preservar não é só deixar guardado, parado e sem função, mas sim, no caso do imaterial, é o ato de registrar conversas, áudios, costumes, fazeres e torná-los praticáveis, mesmo que já estejam em um meio modernizado. Também, no caso do material, é reconhecer, por exemplo, os edifícios ou monumentos, que estão suscetíveis a desaparecer, e dessa forma, registrá-los e protegê-los.

No Brasil, durante a década de 1920, a sociedade brasileira passava por uma mudança de pensamento. Essas mudanças

[...] envolviam a ideia de modernidade a alcançar, e criaram condições para a associação *sui generis* entre modernidade e nacionalidade. Essa conjuntura caracterizou, de modo bastante singular, a fundação das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (CHUVA, NOGUEIRA, 2012, p. 68).

Esse novo modo de pensar, associado a alguns eventos como, conforme relato de Torelly (2012), a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Manifesto antropófago de Oswald de Andrade, datado de 1928, foram circunstâncias que propuseram a recuperação da cultura mestiça brasileira, e tinham intenção de ressaltar um passado que estava esquecido.

Além disso, em 1933 a Cidade de Ouro Preto já havia sido tombada como “monumento nacional”. Após, em 1938, Diamantina, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Serro e Tiradentes também foram tombadas (DUARTE JUNIOR, 2010). Fatos como esses, aliados a mudança da mentalidade da sociedade e aos eventos organizados marcaram o início de um movimento em prol da preservação do patrimônio cultural, e também serviram de base para a institucionalização do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um órgão federal de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Na década de 1970 existiram dois importantes programas de preservação cultural: o PCH - Programa de Reconstrução de Cidades Históricas; e o CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural. Já o Programa Monumenta foi um projeto federal

do início do século XXI que tinha como objetivo geral proteger os centros históricos das cidades, resgatando os aspectos originais que se encontravam depredados e que corriam o risco de serem eliminados. O programa tinha como lema a sustentabilidade, a visibilidade, a atratividade e a acessibilidade (GASTAL, 2003).

É importante destacar que cada programa de preservação deixou como legado sua contribuição para o alargamento do conceito de bem cultural pelo IPHAN e suas experiências acabaram por complementar as práticas e técnicas relativas ao órgão nacional de proteção cultural (OLIVEIRA, 2021).

Devido à importância de se discutir sobre a preservação cultural nacional, essa pesquisa se justifica, pois, o Programa Monumenta e os dois programas antecedentes a ele com maior relevância, o PCH e o CNRC representam importantes ações que marcaram sua época. O trabalho, em questão, busca garantir um entendimento sobre as particularidades desses projetos, em especial do Programa Monumenta, objeto de estudo da dissertação de mestrado iniciada em 2020 na Faculdade IMED de Passo Fundo/RS. Esse artigo busca responder a um questionamento: como funcionou a criação do Programa Monumenta e quais suas diferenças em relação aos planos de preservação PCH (Programa de Reconstrução de Cidades Históricas) e CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), que o antecederam?

A metodologia desse artigo tem como base uma revisão bibliográfica sobre três programas de preservação cultural brasileiros de grande importância. O trabalho está estruturado em três partes; na primeira, são resgatados acontecimentos e programas de preservação antecedentes ao Programa Monumenta; na segunda são abordadas informações sobre esse programa; e, ao final, as considerações finais.

Preservação do patrimônio cultural antecedente ao Programa Monumenta em âmbito nacional

O Brasil é um país que se preocupou com a preservação do patrimônio cultural antes de muitos outros. Antes mesmo da origem do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1933, a cidade de Ouro Preto, conhecida por sua arquitetura barroca, foi tombada sob o decreto nº 22.928, como “monumento nacional”. Posteriormente, em 1938, Diamantina, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Serro e Tiradentes também foram tombadas também em esfera nacional (DUARTE JUNIOR, 2010).

A criação de projetos como o Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil (Dodepab), em 1926, as Inspetorias Estaduais de Monumentos na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, na década de 1920, a elevação de Ouro Preto a posição de Monumento Nacional, no ano de 1933 e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, foram premissas que serviram como base de um novo serviço mais abrangente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (SPHAN) (TORELLY, 2012).

Nessa época foram promovidas ações por grupos de intelectuais e modernistas que eram revolucionárias para o período, deixando assim, como herança muitos conjuntos arquitetônicos preservados no Brasil. Porém os olhares para o patrimônio eram voltados ressaltando a cidade como “monumento”, suas obras de arte monumentais, expressando vocabulários arquitetônicos e urbanismo barroco, fabricados a partir de projetos portugueses, mão de obra escrava e materiais locais (DUARTE JUNIOR, 2010). Isso significa que nesse momento, a atenção estava mais voltada as expressões estéticas.

De acordo com Chuva e Nogueira (2012), o início das discussões sobre a preservação cultural no Brasil foram consolidadas com a criação do SPHAN. Nesse período o Estado brasileiro teve a missão de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico nacional, fixando diversas normas e leis que assegurariam a preservação do patrimônio cultural do país.

Foi durante o exercício do mandato de Getúlio Vargas que foi fundado o SPHAN (FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019). O órgão foi criado com base em um projeto de Mario de Andrade, encomendado por Gustavo Capanema, tendo como referência o Decreto-Lei nº 25, ordem que instituiu o conceito de patrimônio histórico no Brasil (TORELLY, 2012). De forma oficial, o SPHAN começou seus trabalhos em 13 de janeiro de 1937, sob a Lei Nº 378, onde em seu artigo 46, se esclarece que o serviço teria a função de pôr em prática no Brasil o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o reconhecimento do patrimônio nacional histórico e artístico (BRASIL, 1937, art. 46).

Nesta época em questão, a consolidação da identidade do Brasil se apoiou em valores estéticos, contribuindo com a idealização da brasilidade (FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019). Ou seja, com a valorização do patrimônio cultural nacional, o Bra-

sil, conseqüentemente, exaltou sua identidade e os aspectos que diferenciam a cultural brasileira perante a tantas culturais do mundo.

Com a elaboração de documentos de conferências internacionais, como a Carta de Veneza (1964) e de Quito (1967), o conceito de patrimônio histórico começa a passar por uma fase de alargamento, onde se inclui os entornos dos edifícios a ser preservados e a uma delimitação de zonas de defesa destes conjuntos de monumentos, levando em consideração o consumo dos sítios históricos pelo turismo e a vinculação do patrimônio com interesses privados e o amparo da opinião pública (FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019). Isso acabou inspirando normas e/ou procedimentos adotados por programas de preservação que posteriormente foram implementados no Brasil.

Nessa época, com o alargamento do conceito de patrimônio, expressado nas cartas patrimoniais, um novo modo de se pensar o patrimônio é originado, a de “cidade documento”, dando uma importância maior aos processos de desenvolvimento das cidades e não tanto a expressões estéticas, como era na “cidade monumento” (DUARTE JUNIOR, 2010).

Os anos 1970 foram marcados pelo surgimento de dois projetos, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH, que objetivavam conectar União, estados e municípios a fim de introduzir mais formas de demonstrações culturais ao patrimônio cultural brasileiro, que até o momento se mantinha limitado a vertente luso-brasileira. Ademais, vincular reabilitação de bens com desenvolvimento econômico e turismo (BONDUKI, 2010). Essa foi uma estratégia para promover a sustentabilidade do patrimônio e o desenvolvimento econômico das localidades. Bem como uma das recomendações da Norma de Quito diz que

Os projetos de valorização do patrimônio monumental fazem parte dos planos de desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, devem a ele se integrar. Os investimentos que se requerem para a execução dos referidos devem ser feitos simultaneamente com os que são necessários para o equipamento turístico da zona ou região objeto de revalorização (IPHAN, 1967, p. 10).

Correa (2016) afirma que não se sabe ao certo o que provocou o interesse em criar o PCH, mas que, de acordo com Henrique Oswald de Andrade, ex-coordenador do PCH, o programa teria nascido de uma visita de João Paulos dos Reis Velloso,

que era Ministro do Planejamento de Coordenação Geral, a Olinda, no início da década de 1970. Na ocasião, Velloso havia se apiedado com o estado em que se encontrava a cidade, mostrada a ele por Ayrton Carvalho, diretor Regional do Iphan de Pernambuco na época. Outro fato que é apontado também como possível estímulo para a criação do programa, foi a pressão da imprensa, que relatava a destruição de muitas cidades históricas, situação essa que causava pressão e que sucedeu na realização de encontros de governadores, fato esse que teria motivado a criação do PCH.

O primeiro encontro dos governadores, aconteceu em Brasília, em 1970, onde a partir dessa reunião foi registrado o “Compromisso de Brasília”. Esse documento definiu o plano que defendia a preservação do patrimônio cultural brasileiro, e que este deveria ser sustentado pela junção de união, estados e municípios. No ano seguinte, em 1971, um novo encontro foi feito, na cidade de Salvador /BA, reavaliando o Compromisso de Brasília do ano anterior (CORREA; FARIA, 2011).

Em 1973 surge o PCH, que de acordo com Correa e Faria (2011), foi o primeiro projeto de abrangência federal que investiu notadamente em preservar o Patrimônio Cultural Urbano, tendo como principais metas a retomada da economia do estoque patrimonial do nordeste brasileiro, sendo partícipe de ações do Governo Militar para retomada da economia após a crise de 1962, sendo anexado ao IPHAN em 1979. O programa visava a salvaguarda dos monumentos referenciais do nordeste brasileiro, conhecidos por serem do ciclo da cana-de-açúcar, do couro e do algodão (FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019). Buscava o avanço econômico do Nordeste através do turismo atraído por seu patrimônio cultural. Acreditava que solucionando os problemas de degradação de áreas urbanas, houvesse um fenômeno de avivamento econômico, contribuindo assim como um acelerador para o desenvolvimento social e cultural da população nordestina. (CORREA; FARIA, 2011). Ou seja, isso quer dizer que a aposta do programa era também no turismo, onde pessoas se deslumbrariam pelo vasto acervo cultural do nordeste brasileiro.

Corrêa (2015) reitera que em 1979, foi executada uma modificação no sistema do IPHAN, incorporando o Centro de Referências Culturais (CNCR), o PCH, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) e sua remodelação, por meio do Decreto nº 84.198/1979, passando a ser Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A partir dessas junções, estava formado o Sistema

SPHAN/FNpM. Contudo, em 1983 o PCH foi extinto por falta de sustentação econômico-financeira dos projetos estabelecidos e também por carência de um estudo fino do sítio histórico (DUARTE JUNIOR, 2010).

Na época, Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, aflito com a precariedade da expansão urbano, do desenvolvimento econômico e de quais suas consequências para as cidades históricas, resolveu acionar a Unesco, que enviou ao Brasil o arquiteto e inspetor de monumentos históricos franceses Michel Parent, a fim de conceber uma nova conduta sobre a preservação, atribuindo ao turismo o poder de fomentar a prática da revitalização (DUARTE JUNIOR, 2010).

Era necessário, afirmou Duarte Junior (2010), um olhar um tanto quanto mais generoso e compreensivo para o Patrimônio Cultural do Brasil, como uma sustentação mais competente para resolver os afazeres preservacionistas oficiais. Porém, mesmo com reveses, o PCH obteve valia, pois relatou problemas em relação a preservação cidadina em um período de alto crescimento urbano. Nos anos mais recentes, os conceitos do PCH voltaram a ser refletidos por eventos, fóruns e seminários, como o que aconteceu em dezembro de 2009 em Ouro Preto.

Já o CNRC, criado em 1975 por iniciativa do designer, artista plástico e político Aloísio Magalhães, foi fruto de propostas sobre o avanço dos pensamentos em relação a preservação no Brasil, que no momento necessitava de elaboração de planos para evitar que ocorresse depreciação em consequência do aumento econômico exacerbado. Em junho de 1975 iniciam-se as atividades do CNRC, mas somente em agosto foi assinado um documento que efetivou a estruturação e o legitimou, foi um convênio multi-institucional. Participaram desse encontro vários órgãos, como secretarias, bancos e ministérios (DUTRA, 2017).

O principal objetivo do CNRC era abordar assuntos sobre a preservação de bens culturais brasileiros, quando o país estava em fase de desenvolvimento econômico. Levando em consideração o reconhecimento da diversidade regional relacionada a indústria e comércio, tentando aproximar pessoas, que fazem parte da atividade da produção com a cultura, por meio do consumo e circulação, além de tornar a compreensão da cultura brasileira mais ampla. O intuito também era de resgatar e registrar as práticas pré-industriais, que no momento estavam por desaparecer. Ademais, tinham uma outra intenção, considerar vários níveis da realidade cultural como uma imagem em conjunto, entendendo como identidade nacional (DUTRA, 2017).

De acordo com Fonseca (2001), as intenções do projeto visavam exaltar os bens que até então, para o IPHAN, não faziam parte de sua categoria de preceitos.

Primeiramente, o CNRC se engendrou a partir de quatro esferas: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Documentação e Artes e Literatura. Posteriormente, uma nova organização foi implementada, resultando em uma reestruturação e as incumbências foram divididas em: Artesanato; Levantamentos Socioculturais; Histórico da Tecnologia e das Ciências no Brasil e Levantamentos de Documentação sobre o Brasil (DUTRA, 2017). A figura 02 a seguir mostra o digrama do CNRC.

Foram 27 projetos desenvolvidos ao longo de 4 anos (de 1975 a 1979), em que o CNCR esteve em convênio multi-institucional. Diferentes orientações de trabalho eram guiadas por Aloísio, que optou pelo desenvolvimento de projetos adaptados às realidades locais, que em sua totalidade buscavam alcançar uma amostragem da realidade cultural brasileira. Embora o programa tenha chegado ao fim, ao mesmo tempo, permaneceu vivo como memória e foi fundido ao IPHAN, sendo que, o corpo técnico do CNRC assume, no momento, a missão de “criar sua própria história dentro do campo do Patrimônio Cultural, a partir da retomada do icônico anteprojeto de Mário de Andrade” (DUTRA, 2017, p. 44).

O Programa Monumenta.

O Programa Monumenta foi uma proposta federal criada visando a recuperação de sítios históricos tombados em âmbito federal. Conforme palavras de CGU (2015), com o crescimento das cidades, muitos centros históricos acabaram por ficar em situação de degradação, com acúmulo de atividades informais, depreciação imobiliária, perda de setores públicos, sucedendo por ficarem vazios ou com população desfalcada, então, como estratégia para melhoramento desse problema, a implantação do Monumenta foi decidida.

A implantação do Programa Monumenta.

O Programa Monumenta teve a participação de alguns órgãos, sendo eles: Ministério da Cultura, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Figura 01).

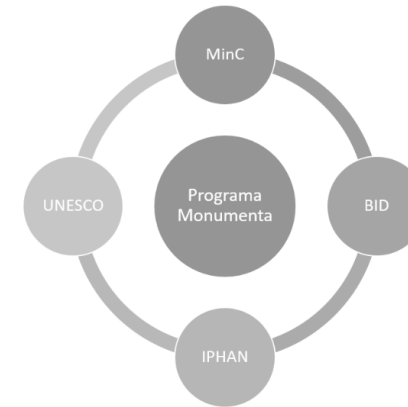


Figura 01. Esquema com os órgãos que participaram da realização do Programa Monumenta.
Fonte: Autora, 2022.

A primeira troca de ideias que, posteriormente, resultou na implementação do Programa Monumenta, foi entre o (MinC) Ministério da Cultura e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse contexto, a iniciativa partiu do BID, que sugeriu ao MinC a elaboração de um Programa de Preservação para a recuperação do patrimônio cultural brasileiro.

Após isso foi elaborada uma Carta Consulta ao BID por parte do IPHAN, a qual foi aprovada, e prontamente são discutidos os locais que mais estavam precisando de atenção no momento para assim receber intervenção do programa em criação. Foram escolhidas, em primeiro momento, as cidades de Olinda, Recife, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, como prioridades (DUARTE JUNIOR, 2010).

Os planejamentos para criação do Programa Monumenta iniciaram entre os anos de 1996 e 1997 a partir de reuniões e missões técnicas. Quando implementado, foi organizado de acordo com uma estrutura que reuniu funções como supervisão, coordenação, gerenciamento, administração, planejamento e execução do plano nacional. As funções foram divididas, no início, entre os agentes participantes, que eram Ministério da Cultura (MinC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), UNESCO – Brasil e IPHAN. Em âmbito local, foi dividido entre estados e Municípios, através de unidades especiais implantadas em cada cidade participante (SANT'ANNA, 2017).

Como pontua Bonduki (2010), entre os anos de 1997 e 1998, o Monumenta foi entregue ao Ministério da Cultura, que criou a Unidade Central de Gerenciamento – UCG, para assumir a coordenação e controle de solicitações de financiamento, supervisão e acompanhamento, ficando com tal responsabilidade até 2005, após ficou-se a cargo do IPHAN. Ademais, foi pactuado um acordo de colaboração técnica com o Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que concedeu amparo administrativo e técnico ao MinC. Dessa forma, o IPHAN passou a ter como responsabilidades, a fiscalização e a análise dos projetos.

Segundo Bonduki (2010), em 1999 o empréstimo com o governo foi firmado, e em 2000 se dá início ao Programa Monumenta, selecionando os municípios e sítios históricos que estariam com preferência. Mais adiante, em 2001, foi validado o Regulamento Operativo, documento esse que normatizou as atividades do Monumenta.

A intenção era que os investimentos fossem distribuídos não apenas em áreas de acervo clássico brasileiro, por exemplo Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas difundidos em diversas regiões do território brasileiro, de diferentes épocas, porém que fossem áreas históricas sob a proteção do IPHAN. Conforme [CGU](#) (2015), o propósito era trabalhar com restauração e recuperação de propriedades tombadas, ou outras edificações situadas nas áreas de projeto, além de investimento em cultura intangível, como qualificação de mão de obra para a prática de restauro, formação de população local com foco em cultura e turismo, exercícios econômicos e projetos educacionais.

De acordo com Sant'Anna (2017, p.332),

[...] o novo programa deveria ter como principal meta a transformação de uma prática de preservação centrada exclusivamente na ação estatal, sem garantias de retorno do investimento público ou de geração de recursos para a manutenção do patrimônio recuperado. Deveria realizar, em suma, o que nenhuma iniciativa anterior conseguiu plenamente, ou seja, compartilhar mais equitativamente a responsabilidade da preservação do patrimônio com a sociedade e, especialmente, com a iniciativa privada.

Isso quer dizer que o programa se diferenciaria dos que já existiram anteriormente, pois teria como propósito a sustentabilidade, a fim de assegurar que a preservação ocorresse de forma eficaz e a longo prazo.

Os recursos para viabilização dos financiamentos do Programa Monumenta vieram do BID e do Orçamento Geral da União – OGU, de estados, municípios e empresas. Segundo [CGU](#) (2015), ainda com a intenção de instigar ações conjuntas entre governo, comunidade e iniciativa privada, criou-se o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, prestando-se como plano de sustentabilidade do Programa Monumenta, e que, de acordo com Duarte Junior (2010), deveria existir por um período mínimo de 20 anos, prazo equivalente ao empréstimo ofertado pelo BID. Esse fundo seria abastecido com recursos municipais provenientes de reconhecimento da propriedade predial, de crescimentos da prática comercial e serviços relacionadas a revitalização de espaços ligados ao projeto, restituição do setor privado, encargos por desfrute e taxas de uso de imóveis públicos por usuários particulares.

Os primeiros trabalhos do Monumenta foram as análises de caráter físico, econômico e social, identificando as chances de a localidade selecionada pelo programa, ser sustentável financeiramente. Esses estudos foram nomeados Perfil do Projeto (DIOGO, 2009).

O programa compreendia a restauração de monumentos culturais nacionais, reabilitação de espaços públicos, financiamento para reparos em imóveis particulares, além de capacitação e educação patrimonial. Todas as ações citadas deveriam ser postas em ação por todas as cidades que fossem contempladas, variando a sua configuração de acordo com as características únicas de cada cidade (DIOGO, 2009).

Chegando o momento da definição das localidades para se colocar o programa em ação, como descrito por [Bonduki](#) (2010), foi determinada uma lista com 101 sítios históricos sob proteção em âmbito federal, criada por um grupo de especialistas recomendados pelo MinC. A partir dessa inicial escolha, ocorreu um afinilamento a partir de critérios de seleção, onde houve inclusão e exclusão de prioridades, chegando ao número de 26 cidades beneficiadas, sendo elas: Alcântara/MA, Belém/PA, Cachoeira/BA, Congonhas/MG, Corumbá/MS, Diamantina/MG, Goiás/GO, Icó/CE, Laranjeiras/SE, Lençóis/BA, Manaus/AM, Mariana/MG, Natividade/TO, Oeiras/PI, Olinda/PE, Ouro Preto/MG, Pelotas/RS, Penedo/AL, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Cristóvão/SE, São Francisco do Sul/SC, São Paulo/SP e Serro/MG.

A escolha dos 26 sítios históricos para execução do Monumenta, determinada após convergências entre MinC, IPHAN e BID, foi feita de acordo com o grau de reconhecimento, tanto histórico, quanto artístico, e também considerando a maior necessidade de restauração que cada sítio apresentava na época da escolha dos municípios. Ademais, esta seleção também tinha alguns interesses a longo prazo, como a salvaguarda das áreas em dimensão federal, atentar as pessoas sobre a importância do patrimônio cultural e buscar a melhoria da administração do tema e normas para execução e prioridade na conservação (REBOUÇAS, 2012).

Em cada município selecionado, foi instalada uma Unidade de Execução do Projeto – UEP, se tratava de uma equipe formada por técnicos locais ou do estado, conjuntamente com o IPHAN, e instruídos pela Unidade Central de Gerenciamento – UGC com sede no MinC. Aos grupos UEP cabia a comando dos projetos a serem executadas em cada cidade, incluindo elaboração de projetos, acompanhamentos, controle e supervisão de contratos. A proposta era que operassem de maneira parecida com a Empresa Histórico de Quito, incluindo obtenção de recursos até viabilização de projetos, porém não foi o que aconteceu, pois, o papel das UEP teve que ser reduzido (SANT'ANNA, 2017).

Um aspecto importante pontuado por Sant'Anna (2017), foi que o programa estava por repetir um erro cometido 30 anos atrás pelo PCH, que seria olhar fortemente para a estética, buscando desenvolver o turismo. Contudo, focando na restauração dos monumentos e seu entorno imediato, porém isso não era suficiente para atrair turistas, principalmente se tratando de cidades de pequeno porte do interior, distantes dos grandes centros urbanos e não tendo um potencial forte para fazer com que pessoas se deslocassem até o local para visitas. Sobre esse aspecto, Diogo (2009, p.20) cita que

Seria necessário identificar outras atividades capazes de alterar a dinâmica local, fossem elas existentes ou passíveis de introdução. A supervalorização do turismo cultural como tábua de salvação para todos os males dos centros históricos já foi duramente criticada.

Após receber críticas, o Monumenta repensou sua atuação, e determinou concentrar sua atuação em duas situações: uma foi o aumento de efetivações de projetos que realmente proporcionassem uma real sustentabilidade, como a dilatação do tu-

rismo cultural; e a priorização de restauração de imóveis privados, que garantia o uso, povoamento e embelezamento da cidade (Diogo, 2009).

O Monumenta defendia o enaltecimento da diversidade cultural material e imaterial das regiões brasileiras, considerando aspectos específicos de cada local, tendo como parcerias os municípios e o privado, além de defender a regulamentação da preservação e o distanciamento do Estado em relação a essa causa, contando com apoio financeiro do BID (DUARTE JUNIOR, 2010).

Além disso evidenciou áreas, bens e manifestações culturais não integrantes do IPHAN. A proposta do programa era a preservação urbana ligada a gestão urbana e com sustentabilidade validada.

Considerações finais

Verifica-se que o Programa Monumenta foi um projeto inovador, que teve como foco principal fornecer não só uma renovação dos bens que passavam por obras de restauração, mas também assegurar sua sustentabilidade econômica explorando de uma forma mais aberta o turismo e facilitando o processo de financiamento para a recuperação de imóveis privados, que, de acordo com a percepção de seus gestores, garantiria um real e eficiente tratamento positivo na área urbana.

Apesar dos percalços encontrados durante a execução do Programa, ele se mostrou revolucionário por pensar em preservação de uma forma ampla, englobando diversas interpretações do conceito e explorando também variados instrumentos de preservação. Com isso, vale salientar que o Programa Monumenta foi um feito que deixou resultados benéficos ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

Fazendo um breve comparativo do Programa Monumenta com outros programas como o PCH e o CNRC, verifica-se algumas diferenças marcantes. Uma delas é fato do Monumenta não apenas beneficiar locais já com um acervo cultural consagrado, mas explorar a necessidade de recuperação em pontos variados do Brasil. Outra diferença reside em que o PCH era um programa focado na salvaguarda de bens culturais considerados importantes para o Nordeste Brasileiro, e o CNRC pretendia abordar assuntos relacionados diretamente à preservação de bens culturais brasileiros, quando o país estava em fase de desenvolvimento econômico, bens esses de origem principalmente imaterial. Já o Monumenta conseguiu alcançar um território maior do Brasil, abrangendo bens de origem material e imaterial.

Com isso, percebe-se a complexidade de planejamento que um programa de preservação cultural requer. E a necessidade de estudos preliminares para chegar a escolhas inteligentes sobre determinados espaços a serem considerados prioridade no momento de receberem auxílio financeiro público para recuperação do patrimônio cultural.

Referências

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan, 2010. 378 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de Patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 29, p. 19-38, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/450>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CGU, Controladoria - Geral da União -. Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 37: Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Jana%C3%ADna/Downloads/711891_6967_%20RAv%2037%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Jana%C3%ADna/Downloads/711891_6967_%20RAv%2037%20(5).pdf). Data de acesso: 07 jul. 2021.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 312 p.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.24, n. 1, p 15-57, jan.- abril, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WzrrzCqrwcG3X5BqR8MbVFb/?lang=pt#>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

CORREA, Sandra Rafaela; FARIA, Rodrigo Santos de. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), [S. l.], n. 14, p. 20-27, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/45502>. Acesso em: 02 jul. 2021.

DIOGO, Érica. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília/DF: Iphan, 2009. 304 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n.10, p. 49-88, maio/out., 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661>. Acesso em: 02 jul. 2021.

DUTRA, Vitória de Moraes. **Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado**. Dissertação de mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Repositório do Conhecimento do Ipea**, Brasília, p. 111-120, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775?locale=pt_BR. Acesso em: 25 jul. 2022.

FRIDMAN, Fania; ARAÚJO, Ana Paula Silva de; DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). **Revista Brasileira Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v.21, n.3, p.621-638, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/Z6SND5RzK7Ff84MHhpKXDwH/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em Análise**, v.14, n°. 2, p. 77-89, nov. 2003.

IPHAN, Portal. Normas de Quito, nov./dez. 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

REBOUÇAS, Thais de Miranda. Costurando Escalas: 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador /BA, p.164, 2012.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p.

TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio Cultural Notas sobre a evolução do conceito. **Arquitextos**, out. 2012. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>>. Acesso em: 20 jun. 2021.